

empresas; — refeitórios e cozinhas em pequenas e médias empresas e pessoal desempregados.

Prioridade 4 — área do interior: Equipamentos urbanos não financiados por outras fontes; — equipamentos para coleta e destinação final de lixo, para cidades de pequeno porte; — programas de apoio à população migrante de baixa renda; — projetos de promoção de emprego urbano, em conjunto com o MTB; — sistema de abastecimento d'água para cidades com até 10.000 habitantes.

Ao finalizar, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, espero que os recursos, que têm órgãos financiadores como a Caixa Econômica Federal, sejam logo estendidos aos municípios e povoados aqui mencionados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá) — Em homenagem às mulheres que comparecem a este Congresso Constituinte para entregar a "Carta das Mulheres", convidei para compor a Mesa da Constituinte, neste momento, as nobres Constituintes Abigail Feitosa, Irma Passoni, Wilma Maia, Rose de Freitas. (Palmas) E transfiro a Presidência dos trabalhos à nobre Constituinte Cristina Tavares, para que chame o próximo orador. (Palmas prolongadas.)

O Sr. Secretário Arnaldo Faria de Sá deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Constituinte Cristina Tavares.

A SRA. PRESIDENTA (Cristina Tavares) — Saúdo as mulheres que hoje vêm ao Congresso Nacional Constituinte para entregar a cartas às mulheres.

A Mesa aqui representada significa não apenas as 26 mulheres Constituintes, mas os nossos companheiros da Assembléia Nacional Constituinte, que também defenderão bravamente as teses das mulheres Constituintes. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Cristina Tavares) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Aguiar.

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Na verdade, não nos inscrevemos para prestar uma homenagem às mulheres aqui presentes nas galerias da Assembléia Nacional Constituinte; queríamos abordar outro tema, mas que tem muito a ver com a luta das mulheres, com o direito das mulheres e com os deveres das mulheres.

Acabamos de consolidar uma proposta que estamos encaminhando à Assembléia Nacional Constituinte, com respeito aos direitos da criança, depois de havermos feito uma longa pesquisa em 36 Constituições do mundo civilizado, do bloco socialista e do bloco capitalista e de constatarmos que o Legislador Constituinte brasileiro, ao longo da história deste País, não teve o cuidado de inserir no texto das nossas Constituições, inclusive da Constituição em vigor, qualquer preceito que dissesse respeito aos direitos da criança independentemente do direito da família.

É lamentável que a partir do art. 175, da atual Constituição, os autores da nossa Carta preocuparam-se apenas em fazer referência ao direito da família e ao direito da criança incorporado ao direito da família. Este é um vício que vem do Direito Romano, ao instituir a figura do Pátrio Poder e ao determinar que o Pátrio Poder fosse exercido pelo homem e pela mulher, apenas na ausência do homem.

Precisamos com urgência, Sr. Presidenta e Srs. Constituintes, seguindo o exemplo das nações

modernas, individualizar o direito da criança para que ela, independentemente da existência ou não da sua família, no texto da Constituição e na legislação deste País, tenha os seus direitos assegurados como cidadãos e como indivíduos.

Depois de passar pela Presidência da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, depois de percorrer todo este País, de visitar 17 penitenciárias de menores, de vê-los, de dialogar com eles, de sentir o seu drama permanente e de saber que hoje, na atual legislação brasileira, nenhum amparo eles têm como sujeito de direito.

Trago o compromisso, Sr. Presidenta, de clamar aos colegas Constituintes para que nos lembremos de, nos atos de elaboração da futura Constituição deste País, inserir o direito da criança, para que ela possa ser sujeito de direito, independentemente de ter ou não uma família.

Quero saudar, também, na condição de filho e na condição de esposo, às senhoras presentes neste plenário e às colegas que ocupam a Mesa da Constituinte, para dizer que temos que tomar uma providência como cidadãos, como homem, como povo, enquanto Nação, para que o útero da mulher brasileira, da mulher pobre por certo, não continue a ser o útero maldito, a produzir filhos para o abandono, filhos para a morte, filhos para o ódio, como temos hoje milhões neste País! Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Nelson Aguiar a Sr. Constituinte Cristina Tavares deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá) — No próximo segmento, chamaremos apenas as nobres Constituintes. Inicialmente, a Constituinte Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaríamos de fazer algumas colocações porque, para a nossa alegria, hoje, temos representantes de todos os Estados brasileiros aqui presente, mulheres que fizeram um ano de discussão intensa, no Brasil inteiro, com todos os setores da sociedade e entregaram ao Presidente desta Constituinte Dr. Ulysses Guimarães, a Carta das Mulheres coordenada pelo Conselho Nacional do Distrito da Mulher.

Desejamos homenagear a vocês todas que estão representando 51% do povo brasileiro, que são as mulheres. Temos certeza de que as reivindicações que as mulheres trazem são reivindicações que fazem com que avancemos, que nós mulheres, companheiras dos homens, possamos somar, com a introdução no Direito Constitucional, a plena igualdade do Direito da Cidadania de homens e de mulheres, e de mulheres especificamente.

A Carta vai ser entregue a cada parlamentar e já foi entregue ao Presidente. As mulheres podem ter certeza que nós, as Constituintes desta Casa, lutaremos, batalharemos, para introduzir os itens que a luta das mulheres fez chegar a esta Casa, à Constituição, em várias Comissões e nos vários itens.

Saberemos honrar a luta de vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá) — Concedo a palavra a nobre Constituinte Bete Azize.

SRA. BETE AZIZE (AM — PSB. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, minhas companheiras de todo o Brasil:

Represento o Estado do Amazonas na Assembléia Nacional Constituinte e o faço com a responsabilidade do maior Estado da Federação brasileira, não só com a responsabilidade mas também com a vontade de expressar, de fazer aquilo que todas as mulheres do Brasil gostariam de fazer.

Temos, aqui, nesta Assembléia, o dever e a obrigação de auscultar, de receber os subsídios, as evidências naturais de todos os problemas das mulheres brasileiras, para que nós possamos, nesta Constituição, abordar as questões mais fundamentais da mulher. Vamos começar dizendo a vocês que não será em vão a luta da mulher quando, com todos os percalços e sacrifícios, até mesmo contrariando posturas de partidos políticos que discriminam a mulher, porque a discriminação contra a mulher começa dentro dos partidos políticos.

Nós chegamos aqui com minoria, e não era isso que queríamos. Nós queríamos que mais da metade desta Constituinte fosse composta de mulheres, porque a mulher brasileira representa a maior fatia do eleitorado brasileiro. Mas, quero dizer a todos vocês que, apesar de sermos minoria nesta Assembléia, as nossas propostas, com absoluta certeza, irão fazer coro forte, firme, corajoso e ativo na consciência de todos os Constituintes desta Assembléia. E não vamos aceitar que ninguém aqui diga que por questões partidárias ou ideológicas se deixe de lado a questão da mulher brasileira que é prioritária e, principalmente, as mulheres do Norte e do Nordeste que têm no seu sangue o sofrimento de toda a Nação brasileira.

Nós gostaríamos que esta Casa hoje estivesse com a presença de todos os Constituintes, para que eles pudessem sentir de perto o calor que o Brasil todo hoje expressa através de vocês. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá) — Com a palavra a nobre Constituinte Benedita da Silva.

A SR. BENEDITA DA SILVA (PT — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, minhas companheiras:

Neste momento, nós estamos tentando sensibilizar aqueles que detêm uma parcela do poder e que podem contribuir conosco numa justiça. Neste momento, nós estamos pleiteando apenas que sejamos ouvidas, assistidas e que conosco possam dividir aquilo que nós consideramos ser de fundamental importância para que tenhamos em conta de que existe justiça social.

Estamos pedindo o reconhecimento da cidadania, de quem há séculos está lutando para que possam verdadeiramente reconhecer a contribuição que nós temos dado a este País chamado grande País.

E, neste momento, é importante e fundamental que os Srs. Constituintes tenham em conta de que nós — e já tive oportunidade de, nesta tribuna, dizer isto — somos as legítimas representantes daquelas que estão no anonimato hoje, mas que contribuíram consideravelmente para que os Senhores possam estar sentados nestas cadeiras. (Palmas.)

Queremos dizer que, neste momento, estamos entregando esta carta e compreendemos que ela não contém todos os nossos anseios e necessidades.

Sabemos que a Constituição não será uma panacéia que irá resolver os conflitos hoje existentes em nosso País. Mas, esperamos que os Srs. Constituintes tenham a sensibilidade de entender que o conteúdo desta Carta representa o esforço co-